

Parque Nacional do Iguaçu: revisão narrativa

IGUAÇU NATIONAL PARK: A NARRATIVE REVIEW

Marcelino Teixeira Lisboa¹, Micael Alvino da Silva²

Autor para correspondência:

Marcelino Teixeira Lisboa

Endereço:

Avenida dos Estados, 5001
Bairro Bangu
Santo André - CEP: 09280-560

e-mail:

marcelino.lisboa@ufabc.edu.br

Declaração de Interesses:

Os autores certificam que não têm nenhum interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em conexão com o manuscrito.

Este estudo teve como objeto o Parque Nacional do Iguaçu, com o objetivo de realizar uma revisão narrativa da produção científica sobre o parque das áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Multidisciplinares. A metodologia combinou revisão narrativa com técnicas de extração e categorização de dados, a partir da análise de conteúdo dos resumos de artigos científicos publicados em periódicos indexados. Foram identificadas quatro categorias principais: educação ambiental, preservação, uso do espaço e turismo. Observou-se que ações de educação ambiental e preservação buscam integrar a comunidade e estimular consciência ambiental, enquanto uso do espaço e turismo evidenciam tensões entre conservação, práticas humanas e desenvolvimento econômico. Em síntese, o parque atua como espaço de conservação, turismo e mediação social, conciliando preservação e aproveitamento econômico sustentável, mantendo infraestrutura e promovendo educação ambiental, mas enfrentando críticas por não incluir historicamente alguns atores sociais, como indígenas e colonos, afetados pelo processo de conformação da unidade.

Palavras-chave: Educação ambiental. Preservação. Cataratas do Iguaçu.

This study focuses on Iguaçu National Park, with the objective of conducting a narrative review of the scientific literature on the park from the areas of Humanities, Applied Social Sciences and Multidisciplinary fields. The methodology combined narrative review procedures with data extraction and categorization techniques, based on content analysis of abstracts from indexed scientific articles. Four main thematic categories were identified: environmental education, preservation, land use, and tourism. Environmental education and preservation initiatives aim to engage the community and foster environmental awareness, while land use and tourism highlight tensions between conservation, human activities, and local economic development. In summary, the park functions as a space for conservation, tourism, and social mediation, balancing preservation with sustainable economic use. It maintains infrastructure and promotes environmental education, yet faces criticism for historically excluding certain social actors, such as Indigenous peoples and displaced settlers, whose lives were affected during the park's establishment.

Keywords: Environmental Education. Preservation. Iguassu Falls.

¹ Universidade Federal do ABC | CECS

² Universidade Federal da Integração Latino-Americana | ILAESP

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste artigo é o Parque Nacional do Iguaçu. Trata-se de uma unidade de conservação federal, com área de 185 mil hectares localizada no oeste e sudoeste do Paraná em região fronteira à Argentina e próximo da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai. O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão narrativa da produção científica sobre o parque, considerando as contribuições das áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Multidisciplinares. A metodologia adotada combina procedimentos de revisão narrativa com técnicas de extração e categorização de dados inspiradas em revisões sistemáticas. A partir da leitura e análise de conteúdo dos resumos, foram identificadas categorias para caracterizar o perfil e a distribuição temática dos estudos existentes. Os dados utilizados são artigos científicos publicados em periódicos e indexados em bases de dados acadêmicas.

Estudos das áreas de Ciências Biológicas predominam entre aqueles que abordam o Parque Nacional do Iguaçu. Na coleta de dados inicial que gerou o material de análise deste artigo, dentro do recorte adotado, verificou-se que, na literatura cinza sobre o tema, os trabalhos relacionados à Biologia são majoritários. Entre os artigos revisados por pares, observa-se um equilíbrio quantitativo entre estudos das áreas de Biológicas, Exatas, da Saúde e Agrárias, somadas, e aqueles das áreas de Humanas, Sociais e Interdisciplinares. No entanto, nas Ciências Humanas e Sociais, não foram identificados trabalhos de síntese que sistematizem o conhecimento produzido sobre o parque. Assim, o artigo busca contribuir com uma síntese sobre o tema.

Além disso, optou-se por realizar uma busca do material analisado utilizando ao máximo critérios objetivos, reduzindo a subjetividade na escolha das bibliografias ao mínimo possível. Nas revisões narrativas, comumente esse tipo de critério não é utilizado e nem necessário, por conta da característica desse tipo de técnica. Entretanto, na atualidade, tratamos de grandes volumes de produção bibliográfica, a depender do tema a ser tratado, então, critérios claros de seleção da bibliografia podem auxiliar o leitor a compreender os caminhos que levaram à escolha de uma bibliografia e não de outra. Com isso, o objetivo didático desse artigo é apresentar uma metodologia de revisão narrativa que incorpora elementos de verificabilidade e replicabilidade, que pode ser um modelo útil a jovens pesquisadores que se deparam com a necessidade de escolher materiais para seus estudos a partir de um grande volume de informações.

Este estudo integra uma pesquisa mais ampla que se estenderá até 2039, quando se completam cem anos da criação dos três primeiros parques nacionais do Brasil (Itatiaia – 1937, Iguaçu e Serra dos Órgãos - 1939). Na atual etapa do projeto, busca-se compreender as preocupações e interesses de pesquisa partir da perspectiva das Ciências Humanas e Sociais, tomando como referência três parques nacionais.

Após esta introdução, a seção de Métodos apresenta os procedimentos utilizados na coleta, seleção e tratamento dos textos. No tópico de Resultados, são inicialmente apresentadas informações descritivas e, na sequência, é desenvolvida a sintetização do conteúdo dos textos analisados, parte essencial da revisão narrativa. Nas discussões, as categorias identificadas na revisão narrativa são tratadas com o objetivo de interpretar os resultados a partir de perspectivas conceituais. As considerações finais retomam e discutem o objetivo do artigo e indicam caminhos para a continuidade da pesquisa.

MÉTODO

Trata-se da seleção de textos para uma revisão narrativa sobre o Parque Nacional do Iguaçu. O objetivo foi identificar artigos revisados por pares, em português, publicados em periódicos das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar da Capes, e mapear os temas abordados nesses estudos. Embora a revisão não siga os critérios de uma revisão sistemática, a seleção dos textos foi realizada com dupla verificação (*double screening*).

A busca bibliográfica foi realizada com o software Publish or Perish, utilizando o Google Scholar, que funciona como plataforma agregadora de publicações. Foi empregada a *string* “parque nacional do iguaçu” nas palavras do título. Embora o Google Scholar não seja uma base de dados estruturada, como Scopus ou Web of Science, a escolha por essa plataforma se deve ao foco em textos em português e à escassez de publicações sobre o tema nesse idioma nas demais bases. Na Scopus, por exemplo, a busca retornou apenas doze artigos, sendo apenas dois das áreas de interesse do estudo.

Bases mais estruturadas não incluem literatura cinza, *preprints* ou conteúdos de repositórios acadêmicos e, por isso, oferecem textos com maior controle de qualidade, mas cobertura mais restrita (Orduna-Malea; Martín-Martín; López-Cózar, 2017). O Google Scholar, por sua vez, inclui esses materiais, ampliando a disponibilidade de textos, mas exigindo avaliação criteriosa da qualidade dos documentos. Assim, a escolha pelo Google Scholar se justificou pela maior amplitude de resultados em língua portuguesa, contudo, sendo imprescindível adotar medidas metodológicas para a seleção do material.

A busca foi realizada entre março e abril de 2025, obtendo-se 204 resultados de materiais publicados entre 1999 e 2025. Esses materiais foram submetidos à seleção por *double screening*. Após eliminar duplicatas, foram incluídos apenas textos que: (1) são artigos científicos; (2) publicados em periódicos constantes no Qualis 2017-2020; (3) nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas ou Multidisciplinar; (4) com resumos em português e acessíveis pelo Portal Capes de Periódicos via acesso federado (CAFE) ou por serem de periódicos *open source*; e (5) tratam de temas relacionados ao escopo dessas áreas, critério aplicado após exame mais detalhado durante a leitura dos textos, realizada na etapa 6. Nessa etapa, foram excluídos sete textos (Cortivo; Júnior; Pletsch, 2023; Eduvirgem *et al.*, 2021; Finger *et al.*, 2018; Graciotim; Baptista; Dias, 2010; Sandmann *et al.*, 2024; Tornieri *et al.*, 2012), sendo que uma exclusão (Santos, 2011) ocorreu por ter o título em duplicidade com outro texto que faz parte da análise e também porque, ao abrir o arquivo, acessa-se outro documento. A tabela a seguir apresenta a quantidade de textos restantes em cada etapa de inclusão e exclusão.

Tabela 1: quantidade de textos após cada etapa da seleção dos textos

	Etapas	Quantidade
1	Coleta dos dados brutos	204
2	Eliminação de duplicatas	197
3	Somente artigos publicados em periódicos	79
4	Somente periódicos com Qualis 2017-2020	71
5	Textos da área Capes de interesse da pesquisa	35
6	Textos completos acessíveis com resumo em português	33
7	Textos com pertinência temática das áreas Capes de interesse (critério discricionário)	26

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, permaneceram 26 textos para a revisão narrativa, publicados entre 2002 e 2024. Desses textos, foram extraídos os seguintes metadados: quantidade de citações, nomes dos autores, título do artigo, ano de publicação, nome do periódico, área-mãe do periódico, área Capes do periódico, filiação institucional dos autores, palavras-chave e resumo. Desses dados, foram utilizados os resumos, a área Capes, o ano de publicação e a filiação institucional dos autores. A área Capes e ano de publicação foram organizados em uma tabela com a identificação de cada artigo. Para a área Capes também foi processada uma Análise de Correspondência com as áreas temáticas identificadas no estudo. Os dados da filiação institucional foram agregados por localidade e produzido um mapa temático com o software QGIS. Os resumos foram processados no software de análise quantitativa de textos KH Coder, para identificar padrões, temas e relações entre os textos. A partir da classificação no KH Coder, foram definidas as categorias que agrupam os textos na revisão narrativa do tópico Resultados e Discussão deste artigo.

No KH Coder, foi construído um *codebook* com as palavras mais relevantes presentes nos resumos, definidas após serem testadas exaustivamente as funções do classificador Naive Bayes, das ferramentas *Word Association* e *Frequency List*, além de testes com inserção ou exclusão de *stopwords* e TAGs. No pré-processamento dos dados, foi utilizada a opção *Freeling* para lematização, com o idioma português. Essas ferramentas foram avaliadas para definir a melhor opção para construção das regras de codificação e classificação dos textos em subgrupos. Foram selecionadas apenas as classes gramaticais Adjetivos (AQ) e Substantivos (N) para todas as classificações testadas, visto que o objetivo é uma análise morfológica dos resumos para verificação de frequências e coocorrências, e não uma análise de discurso.

Após esses procedimentos, identificaram-se quatro categorias para classificação dos textos. Para cada categoria, foram associadas palavras-chave, selecionadas pela frequência e relevância a partir do processamento no KH Coder, formando o *codebook* conforme descrito a seguir. A primeira palavra, em negrito com asterisco, indica o nome da categoria, e as seguintes correspondem às palavras-chave dessa categoria:

- ***educação ambiental**: 'educação ambiental' | 'formação continuada' | 'problemas ambientais' | escola | professores
- ***preservação**: conservação | preservação | 'patrimônio cultural' | indígenas | 'povos tradicionais'
- ***turismo**: visitantes | turismo | visitação | atrativos | infraestrutura | 'fluxo de visitantes'
- ***uso_do_espaco**: conflito | conflitos | memória | colonização | 'regularização fundiária'

A partir disso, foi utilizada a ferramenta Tabulação Cruzada para verificar qual categoria está presente em cada texto. Todos os procedimentos seguiram os passos do manual do software (Higuchi, 2016). Os dados utilizados estão disponíveis na plataforma OSF, no link https://osf.io/9g6md/overview?view_only=0b80189716c5407bb6402365cddbbaac0

No link estão disponíveis o banco dos dados brutos, as métricas utilizadas no Publish or Perish para obtenção dos resultados brutos, a planilha com a extração dos dados processados no KH Coder, o *codebook* utilizado na tabulação cruzada, um arquivo Research Information Systems (.ris) com os textos aqui analisados e os shapefiles utilizados para a produção cartográfica.

RESULTADOS

Após a seleção e análise inicial dos 204 textos que compunham o banco de dados brutos e após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os 26 textos selecionados são apresentados no quadro resumo a seguir, com o identificador, a área Capes à qual o periódico está vinculado e o ano de publicação.

Tabela 2: textos selecionados para a análise

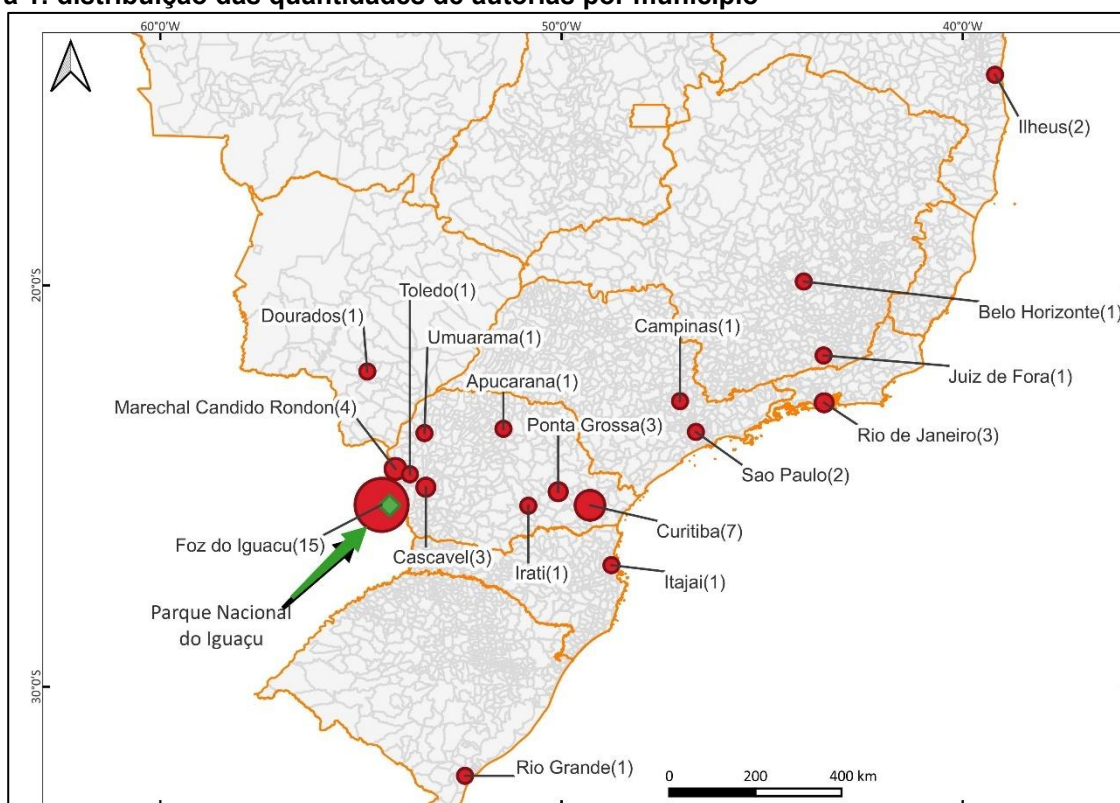
Id	area_capes	ano
(Albach; Carvalho; Cardozo, 2022)	Ciências Sociais Aplicadas	2022
(Barros; Lied, 2024)	Ciências Humanas	2024
(Bezerra; Souza, 2024)	Multidisciplinar	2024
(Biesek; Cardozo, 2012)	Ciências Sociais Aplicadas	2012
(Borba; Cunha, 2017)	Multidisciplinar	2017
(Bursztyn; D'Oliveira; Badin, 2002)	Ciências Sociais Aplicadas	2002
(Cury, 2002)	Ciências Sociais Aplicadas	2002
(Dias, 2009)	Ciências Humanas	2009
(Dias, 2018)	Ciências Humanas	2018
(Faxina; Trevizan; Fraga, 2011)	Ciências Humanas	2011
(Franco; Polli, 2024)	Ciências Sociais Aplicadas	2024
(Gebauer, 2014)	Ciências Humanas	2014
(Henz; De Oliveira, 2010)	Ciências Sociais Aplicadas	2010
(Lamounier, 2002)	Ciências Sociais Aplicadas	2002
(Oliveira; Boaria, 2016)	Ciências Sociais Aplicadas	2016
(Oliveira; Klauck, 2024)	Ciências Humanas	2024
(Oliveira; Souza, 2016)	Ciências Sociais Aplicadas	2016
(Rapanelli; Feger; Fernandes, 2021)	Ciências Sociais Aplicadas	2021
(Sanabria, 2023)	Ciências Humanas	2023
(Santos, 2010)	Ciências Humanas	2010
(Schenberger; Araújo; Carniatto, 2023)	Multidisciplinar	2023
(Schulze; Souza, 2011)	Ciências Humanas	2011
(Silva <i>et al.</i> , 2014)	Ciências Humanas	2014
(Trevisan, 2020)	Ciências Humanas	2020
(Vencatto, 2010)	Ciências Humanas	2009
(Vencatto, 2011)	Ciências Humanas	2011

Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Sobre esses dados, verifica-se que não há concentração em nenhum período nas três áreas. A área multidisciplinar (3 textos) não apresentou nenhum ano com mais de uma publicação, enquanto as áreas de Ciências Sociais (10 textos) e Humanas (13 textos) tiveram três publicações, respectivamente, nos anos de 2002 e 2011. Isso indica que, dentro do recorte adotado, a produção sobre o tema está dispersa ao longo do tempo, sem concentração significativa em anos específicos. Também foram extraídos os dados da filiação institucional dos autores e coautores. No total, houve 49 autorias, ou seja, a

soma de todos os autores de cada texto. Nomes que se repetem, tendo publicado mais de um texto, são contabilizados todas as vezes em que aparecem, visto que o objetivo era verificar a localização geográfica dos vínculos institucionais dos pesquisadores.

Figura 1: distribuição das quantidades de autorias por município



Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados. Shapefiles obtidos em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html>

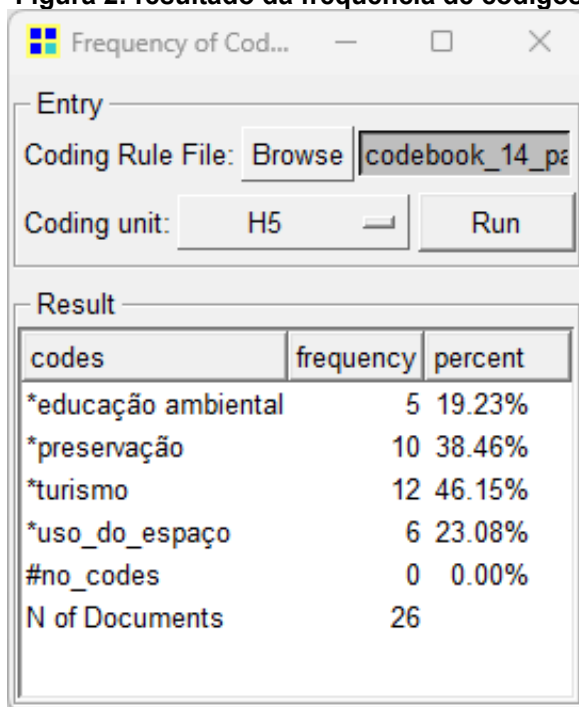
Há um predomínio de pesquisadores que publicaram artigos sobre o Parque Nacional do Iguaçu localizados no extremo oeste do Paraná. Cerca de 46% das autorias correspondem às cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Toledo – cidades do Oeste do Paraná, região próxima ao parque – com maior concentração de autores vinculados à UNIOESTE, principal universidade pública estadual e multicampi da região. Outros municípios do Paraná respondem por 27% do total, e os restantes 27% estão distribuídos por diferentes regiões do país. Não foi identificado nenhum autor ou coautor vinculado a instituições internacionais. Isso pode ser explicado pelo fato de a busca ter sido realizada apenas em português em revistas com Qualis, o que direciona para autores brasileiros. No entanto, considerando que a Argentina possui um parque nacional contíguo e semelhante ao Parque Nacional do Iguaçu, seria esperado algum vínculo acadêmico entre instituições. Entretanto, dentro do recorte adotado, isso não foi observado.

Os textos foram organizados em categorias com os mesmos nomes do codebook: Educação Ambiental, Preservação, Turismo e Uso do Espaço. A categoria Educação

Ambiental inclui estudos que abordam práticas pedagógicas e iniciativas escolares voltadas para sensibilizar professores e estudantes sobre questões ambientais. A categoria Preservação abrange textos que tratam da proteção ambiental e cultural, considerando a conservação da biodiversidade, do patrimônio cultural e das práticas socioculturais de povos indígenas e comunidades tradicionais. A categoria Turismo envolve pesquisas sobre o uso turístico do Parque Nacional do Iguaçu, incluindo visitantes, atrativos, infraestrutura e a dinâmica do fluxo de visitação. A categoria Uso do Espaço concentra estudos sobre conflitos sociais e territoriais no Parque, como disputas fundiárias, processos de colonização e memórias associadas à ocupação da área.

Os resumos dos textos (N=26) foram processados no software KH Coder para verificar a proximidade temática entre eles e sua relação com as quatro categorias definidas. Conforme a Figura 2, as categorias Preservação e Turismo foram as mais frequentes nos resumos. Todos os textos estão associados a pelo menos uma categoria, garantindo a análise completa. A classificação não segue o princípio da exclusividade, já que alguns textos (N=7) se enquadram em mais de uma categoria.

Figura 2: resultado da frequência de códigos



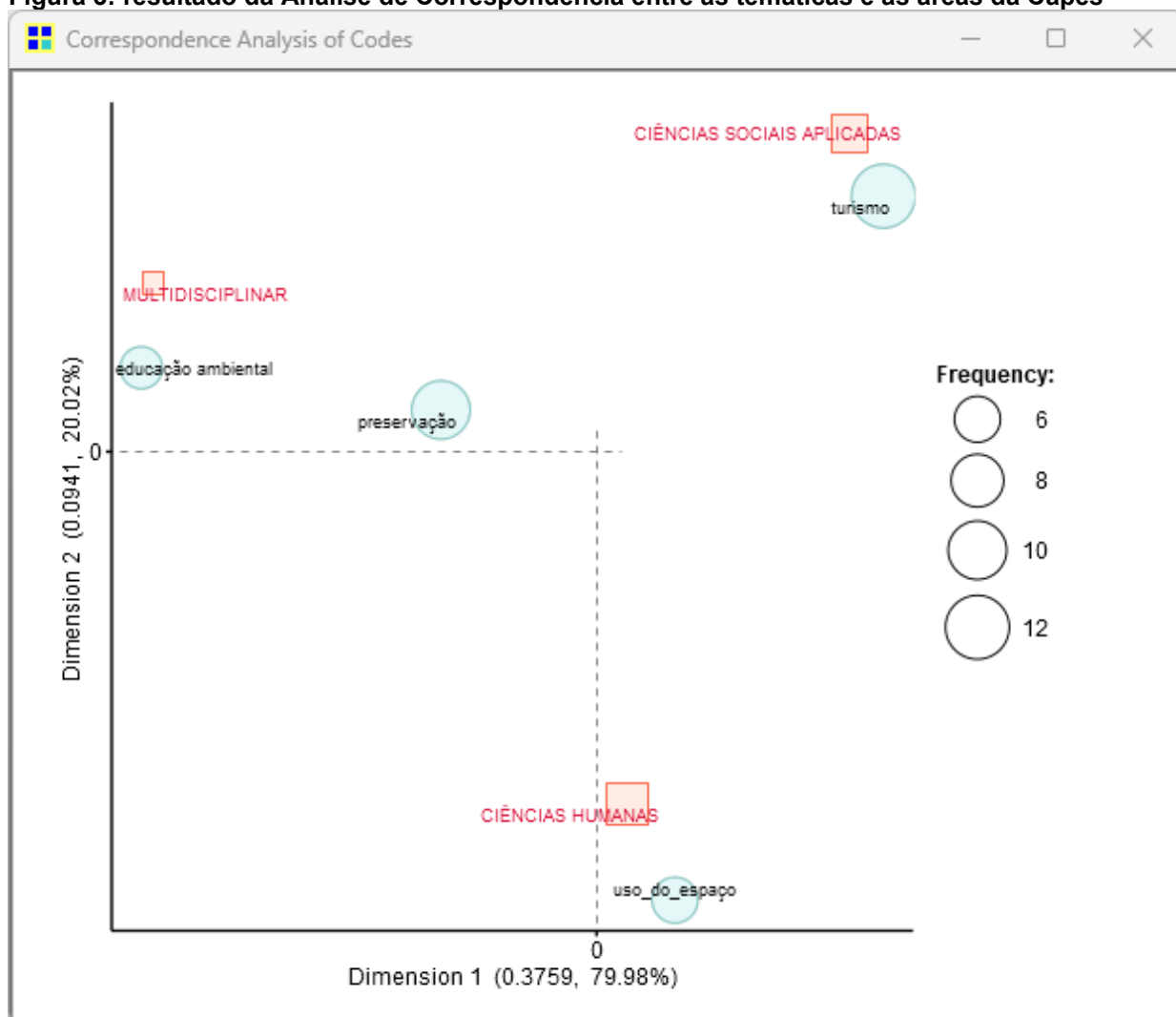
Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Para verificar a relação de cada categoria temática com as áreas da Capes, foi realizada uma análise de correspondência. O gráfico resultante evidencia duas direções principais de diferença entre as áreas. Primeiramente, observa-se uma forte associação de temáticas com áreas, com Turismo presente nas Ciências Sociais Aplicadas, Uso do Espaço nas Ciências Humanas, e Educação Ambiental e Preservação mais frequentes na área Multidisciplinar. A proximidade entre Educação Ambiental e Preservação sugere que

essas temáticas podem aparecer combinadas nos textos, embora a temática da preservação também guarde certa proximidade com as Ciências Humanas, mas somente na dimensão 1.

Em relação à proximidade ou distanciamento entre as áreas da Capes, na dimensão 1, que é a mais relevante ($i1 \approx 80\%$), os trabalhos da área Multidisciplinar apresentam enfoques distintos daqueles das Ciências Sociais Aplicadas, enquanto as Ciências Humanas ocupam uma posição intermediária. A dimensão 2, com menor capacidade explicativa ($i2 \approx 20\%$), indica proximidade entre as áreas Multidisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas, com maior diferenciação das Ciências Humanas. Como essa é uma dimensão secundária, ela pode revelar nuances mais específicas, como o foco em questões mais práticas nas duas primeiras áreas e reflexões mais conceituais nas Ciências Humanas. Entretanto, no que se refere às temáticas, a dimensão 1 é a mais relevante para compreender as associações entre as áreas.

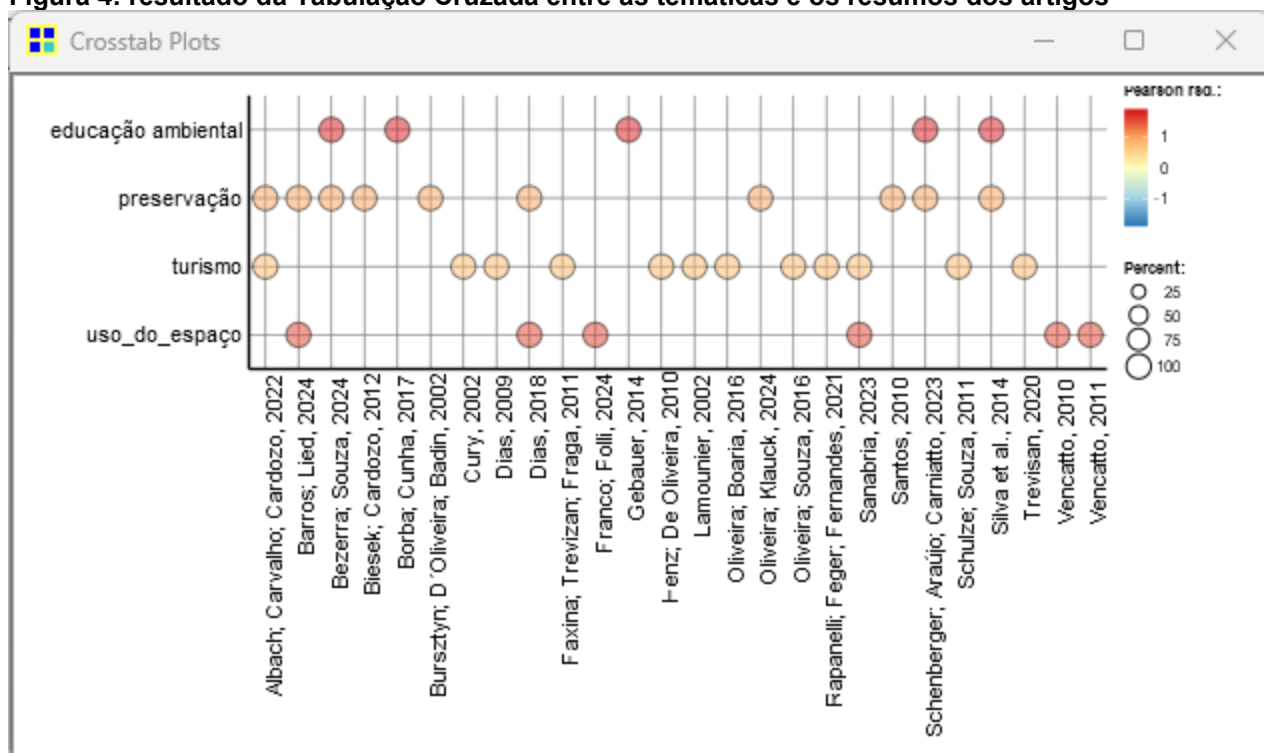
Figura 3: resultado da Análise de Correspondência entre as temáticas e as áreas da Capes



Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados.

Na etapa seguinte, o software buscou as palavras-chave de cada categoria do codebook nos resumos dos artigos por meio da ferramenta de tabulação cruzada. Esse recurso permite visualizar os resultados em uma única tela, facilitando a identificação de quais textos estão associados a cada categoria. Na Figura 3, a presença de um círculo no ponto de intersecção entre textos e categorias indica que pelo menos uma palavra daquela categoria aparece ao menos uma vez no resumo do texto.

Figura 4: resultado da Tabulação Cruzada entre as temáticas e os resumos dos artigos



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dessa tabulação, os textos foram organizados na seção seguinte deste artigo, que apresenta o conteúdo dos artigos por categoria. Os textos de Sanabria (2023) e de Schulze e Souza (2011) foram deslocados do tópico Turismo para Preservação por apresentarem discussões pertinentes com os textos que tratam dessa temática, apesar de terem sido categorizados na temática Turismo.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental está presente em cinco textos da amostra selecionada. O artigo de Borba e Cunha (2017) analisa o papel da formação docente na incorporação da Educação Ambiental às práticas pedagógicas de professores do ensino fundamental de municípios do entorno do Parque Nacional do Iguaçu, participantes de um curso promovido pela unidade de conservação em 2015. A partir da observação dos módulos do curso, de questionários e entrevistas com grupos focais, identificou-se que a formação inicial dos professores apresenta lacunas quanto à temática socioambiental e que a Educação

Ambiental ainda não está integrada aos projetos político-pedagógicos das escolas, limitando-se a ações isoladas e descontinuadas. O texto conclui que os cursos de formação continuada, embora insuficientes para suprir todas as demandas, constituem oportunidades relevantes para fomentar a reflexão crítica sobre o papel da escola diante da crise ambiental. O trabalho destaca ainda a importância da articulação entre universidades e órgãos governamentais para consolidar políticas públicas que integrem o tema à formação e à atuação docente.

O texto de Gebauer (Gebauer, 2014) descreve uma dessas ações isoladas citadas por Borba e Cunha (2017), ao apresentar uma experiência de Educação Ambiental desenvolvida com alunos do ensino médio em uma trilha ecológica do Parque Nacional do Iguaçu. A atividade buscou integrar conteúdos trabalhados em sala de aula com a observação direta da natureza, estimulando a sensibilização e o aprendizado ambiental. Os resultados indicam que o uso de trilhas ecológicas favorece a participação ativa dos estudantes, o envolvimento com o ambiente e a compreensão de conceitos ecológicos de forma contextualizada e lúdica. O artigo ressalta que práticas educativas ao ar livre são eficazes para fortalecer a Educação Ambiental no ensino médio e reforçar o vínculo entre conhecimento escolar e vivência ambiental.

Silva *et al.* (2014) relatam o projeto Conhecendo os Rios do Parque, voltado ao monitoramento da qualidade hídrica dos rios que adentram o Parque Nacional do Iguaçu. A iniciativa envolveu uma escola do entorno, o poder público e setores técnicos do parque. Houve uma visita à mesma ecotilha explorada no estudo de Gebauer (2014). A proposta foi executada em 2012 e buscou sensibilizar alunos e docentes sobre os impactos das atividades agrícolas e do uso de agrotóxicos nos recursos naturais. Os resultados foram apresentados pelos próprios alunos à comunidade local. Pela metodologia adotada e pelos atores envolvidos, trata-se de um projeto que integrou educação ambiental e preservação de forma interdisciplinar.

Para além do ambiente escolar, Bezerra e Souza (2024) analisam a educação ambiental a partir da ação de extensão Museologia Social no Parque Nacional do Iguaçu, destacando sua contribuição para a conservação do patrimônio cultural e natural. Com base em relatórios, visitas de campo e visita técnica guiada pelo coordenador da ação, observam o fortalecimento da iniciativa, que promove a sensibilização ambiental ao integrar cultura, identidade e natureza. Embora os impactos diretos sobre o meio ambiente não sejam imediatos, consideram que a ação estimula pertencimento e cidadania ambiental. Os autores sugerem ampliar os métodos de avaliação, incluindo a percepção dos participantes antes e depois das atividades. Dessa forma, esse artigo se enquadra tanto na temática da educação ambiental quanto da preservação.

De forma semelhante, Schenberger, Araújo e Carniatto (2023) discutem essas duas temáticas, ao destacarem a relevância do Parque Nacional do Iguaçu como uma das principais áreas remanescentes de Mata Atlântica. O estudo cita os desafios e as práticas de educação ambiental desenvolvidas no parque, voltadas à conscientização de moradores, turistas e estudantes sobre a importância da conservação ambiental. Os autores concluem que essas iniciativas promovem mudança de percepção e estimulam hábitos mais sustentáveis entre visitantes e comunidade local, embora não apresentem variedade de dados ou informações. Citam ainda que a conservação ambiental é o principal objetivo de unidades de conservação como o Parque Nacional do Iguaçu, mas que deve também permitir o uso público.

PRESERVAÇÃO

Ainda com a preocupação voltada à preservação, mas sem o enfoque da educação ambiental vinculada ao ensino formal, Biesek e Cardozo (2012) analisam as atividades de Interpretação Ambiental no Parque Nacional do Iguaçu, integradas aos programas de uso público da unidade de conservação. O estudo identifica que, apesar de existirem diversos projetos e infraestrutura voltados à educação e preservação ambiental, não há um programa de interpretação ambiental abrangente e harmonioso para todo o parque. Os autores destacam que iniciativas isoladas, como placas interpretativas, exposições e trilhas ambientais, promovem conscientização, mas carecem de integração. Conclui-se que um programa estruturado de interpretação ambiental poderia ampliar o interesse e a valorização dos visitantes pelo espaço natural, conciliando educação ambiental e lazer, e fortalecendo práticas de desenvolvimento sustentável e engajamento da comunidade local.

Reforçando essa perspectiva, Oliveira e Klauck (2024) destacam a importância dos valores culturais para a conservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais. O artigo analisa as interações entre patrimônio cultural, ambiente natural e sociedade no Parque Nacional do Iguaçu, demonstrando que a valorização do patrimônio cultural pode fortalecer laços sociais, enriquecer a experiência dos visitantes e apoiar práticas de gestão sustentável. O estudo aponta a importância do Espaço de Memória do Parque Nacional do Iguaçu, sem deixar de criticar a inclinação europeia do modelo adotado, que marginaliza “camadas culturais, étnicas e sociais que também contribuíram para a formação do parque e de suas narrativas”(Oliveira; Klauck, 2024, p. 10).

Sanabria (2023) analisa a exposição Memória das Cataratas, no Centro de Visitantes do Parque Nacional do Iguaçu, enfocando como ela influencia a produção de memórias, apresentando a história das pessoas no parque por meio de fotografia e outras formas de exposição. A exposição existe desde 2009 e esteve estabelecida no Centro de Visitantes de 2015 até 2025, articulando elementos que produzem um discurso sobre a memória da região. A autora destaca que, ao tratar de temas e pessoas conhecidos da comunidade local, mas estranhos ao público externo, a exposição promove vínculo afetivo e identitário entre comunidade e meio ambiente, estimulando a preservação da natureza por laços simbólicos e emocionais, em oposição a visões utilitaristas e economicistas. Porém, Sanabria (2023) não deixa ausente a questão histórica do uso do espaço do parque, quando lembra que práticas de preservação institucionalizada, historicamente afetaram indígenas e colonos reassentados nos processos de demarcação, tema abordado também por outros estudos (Barros; Lied, 2024; Franco; Polli, 2024; Vencatto, 2010).

Para além da preservação da memória, com olhar para os recursos materiais, Bursztyn, D'Oliveira e Badin (2002) analisam o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, destacando a integração entre sustentabilidade ambiental e socioeconômica. O estudo mostra que a gestão do parque, incluindo terceirização de serviços e arrecadação turística, permite a manutenção da unidade e de outras UCs pelo IBAMA (órgão gestor à época da publicação do artigo), embora a aplicação dos recursos ainda seja limitada. Todavia, a pesca e a caça ilegais, a retirada de palmito e a extração de madeira fazem parte das atividades econômicas de subsistência de comunidades locais que não encontram alternativas para substituir práticas predatórias. Os autores apontam que, se a porcentagem de recursos reinvestidos no parque aumentasse, muitas das ações

recomendadas pelo Plano de Manejo poderiam ser implementadas mais rapidamente. O PNI é, assim, apresentado como exemplo bem-sucedido de sustentabilidade, apesar dos desafios administrativos.

Schulze e Souza (2011) investigaram a possibilidade de inserção do voluntariado na implementação e manutenção do Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, com objetivo de contribuir para o ordenamento territorial e uso turístico sustentável. Utilizaram abordagem documental, observação e entrevistas não estruturadas. Resultados indicaram que áreas do Plano de Manejo poderiam se beneficiar do apoio de voluntários, mas a prática não é efetivada devido à carência de servidores e à ausência de programa estruturado. A pesquisa se apoiou em experiências de voluntariado em unidades de conservação no exterior, além de dados coletados junto aos servidores federais lotados no parque. A maioria dos entrevistados afirmou que voluntariado poderia auxiliar na execução de objetivos previstos no Plano de Manejo.

O ecoturismo é apontado como uma das alternativas viáveis para conciliar sustentabilidade ambiental e socioeconômica (Bursztyn; D'Oliveira; Badin, 2002). Nessa linha, Santos (2010) aborda o ecoturismo, enfatizando como a valoração de espaços naturais preservados contribui para o bem-estar físico e emocional de visitantes e residentes, além de gerar benefícios econômicos locais. Para garantir que a atividade seja sustentável, com impactos mínimos sobre o ambiente e a sociedade, é fundamental a existência de um Plano de Manejo que ordene essas atividades. Além de discutir o tema no Parque Nacional do Iguaçu, o artigo aborda exemplos de degradação em outros parques, como o Parque Nacional da Tijuca e a Chapada dos Guimarães. Argumenta que, com planejamento controlado, o ecoturismo pode servir como instrumento de educação ambiental, preservação da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico local.

Sobre as tensões entre preservação e necessidade de uso do espaço, que geram os problemas apontados por Bursztyn, D'Oliveira e Badin (2002), Dias (2018) analisa a regularização fundiária em áreas protegidas, com foco no Parque Nacional do Iguaçu. O estudo destaca que o parque se apresenta em situação mais vantajosa que outras Unidades de Conservação, com delimitação regularizada, sem moradores internos e reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade. Em comparação, o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, contava com 51% de sua área regularizada até 2016, evidenciando a dificuldade em proceder com a regularização. No caso do Parque Nacional do Iguaçu, persistem desafios como caça ilegal, conflitos com propriedades limítrofes e demandas por reabertura da Estrada do Colono. O autor enfatiza diversos pontos da Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), marco jurídico para organizar e regular o sistema de Unidades de Conservação.

Nesse contexto jurídico, Barros e Lied (2024) discutem a tensão entre o Direito Ambiental brasileiro e as práticas socioambientais dos povos indígenas, focando no povo Avá-Guarani no Parque Nacional do Iguaçu. Os autores destacam que o Direito Ambiental e o SNUC não devem prejudicar os direitos dos povos originários em participarem das decisões relativas a espaços voltados à preservação. O estudo evidencia que, historicamente, esses povos são excluídos das decisões sobre suas terras, apesar de atuarem como defensores tradicionais da biodiversidade. O trabalho ressalta que os Avá-Guarani praticam um modo de vida harmonioso com a natureza, evitando o consumo egoístico e promovendo solidariedade, oferecendo um modelo de cuidado ambiental que contrasta com práticas capitalistas predatórias.

USO DO ESPAÇO

Vencatto (2010) enfatiza como outros grupos da sociedade também foram excluídos de decisões sobre o espaço do Parque Nacional do Iguaçu em ações que influenciaram diretamente suas vidas. O estudo analisa os debates ambientais no Brasil e um processo da década de 1970 de desapropriação de agricultores que haviam ocupado irregularmente o território do parque. Problematisa o ideal de natureza intocada e selvagem, usado para justificar projetos ambientais, ignorando a presença humana histórica na região. Conclui que o parque, embora atualmente visto como natural e protegido, contém marcas físicas e sociais das comunidades que ali viveram. As memórias de antigos moradores, como escolas, comércio e atividades comunitárias, revelam experiências humanas que coexistiram com o território. Considerando o contexto político da primeira metade do século XX, mas focando na década de 1970, houve um processo de desapropriação forçado, justificado por um discurso de preservação que não se sustenta.

Franco e Polli (2024) seguem na mesma temática. As autoras analisam o processo de urbanização do Oeste do Paraná e a habitação no Parque Nacional do Iguaçu entre 1939 e 1980. Baseando-se em Vencatto (2010), a pesquisa mostra que a colonização incentivada pelo governo, especialmente pela “Marcha para o Oeste”, entrou em conflito com as leis de preservação do parque, resultando na remoção de famílias da região. O artigo enfatiza a falha do discurso de preservar uma área natural original e intocada, que justificou as desapropriações. Ressalta a influência da ação humana na transformação do espaço antes da demarcação e das desapropriações, e como os deslocamentos foram realizados sem considerar a voz das famílias. Concordam com Vencatto (2010) ao afirmarem que “o parque de 1939 é distinto do parque dos anos 1960 e bastante diferente do [...] atual. Devido aos esforços em isolar a área, hoje a floresta está maior e mais densa do que na década de 1970” (Franco; Polli, 2024, p. 43).

Vencatto (2011) aprofunda a discussão ao problematizar o imaginário e os sentidos construídos sobre o Parque Nacional do Iguaçu antes de ser pensado como espaço de reserva natural protegida. Embora oficialmente visto como espaço de natureza selvagem, o parque também foi ocupado por migrantes na década de 1960. O autor realizou seis entrevistas com nove pessoas que viveram na área antes das desapropriações. A análise de relatos evidencia que, para esses sujeitos, o parque carrega valores que vão além da ideia de intocabilidade. Demonstra que o processo de desapropriação da década de 1970 permanece nas memórias dos antigos moradores, mostrando que a presença humana não pode ser ignorada. Argumenta que a instituição do parque esteve mais ligada à consolidação da fronteira nacional do que a preocupações ambientais, e que os debates ambientais posteriores moldaram sua gestão.

TURISMO

Trevisan (2020) foca na visitação turística. O artigo analisa a evolução da visitação no Parque Nacional do Iguaçu ao longo de quase 80 anos, destacando transformações na organização territorial do parque. Identificam-se três fases: visitação recreativa (1939 a 1970), recreativa monitorada (1970 a 1999) e comercial (1999 até atualmente). Cada fase foi influenciada por fatores sociais, econômicos, tecnológicos e políticos, como a

consolidação do ambientalismo, instrumentos de gestão de áreas protegidas, valorização do turismo de natureza e a visão do parque como oportunidade econômica. O estudo evidencia como a visita turística reflete contextos mais amplos e apresenta números de visitantes entre 1953 e 2017, mostrando flutuações pontuais relacionadas a crises econômicas, políticas ou questões de segurança internacional. Ao citar a exposição Memória das Cataratas, observa que no Centro de Visitantes “o maior atrativo [...] é a loja de souvenirs, localizada estrategicamente na passagem entre a bilheteria e o embarque nos ônibus, atribuindo ao local aparência de área comercial” (Trevisan, 2020, p. 17), reforçando a perspectiva comercial e contrariando a percepção de Sanabria (2023) em relação a esse espaço.

Lamounier (2002) analisou quantitativamente o fluxo de visitantes na década de 1990, identificando padrões de tendência, ciclos e sazonalidade. Seu estudo abordou a fase de recreação monitorada (Trevisan, 2020), concluindo que não houve aumento expressivo no número de turistas, sugerindo possível perda de atratividade frente a outros destinos. Foram identificados quatro ciclos: um sazonal de 12 meses, dois de curto prazo (3 e 6 meses) e um de longo prazo (60 meses). A sazonalidade destacou janeiro como mês de maior e junho com menor fluxo. O autor aponta que a análise contribui para subsidiar uma gestão mais eficiente, tendo o artigo sido publicado logo após a primeira concessão do parque à iniciativa privada, em 1999.

Cury (2002) aborda o turismo em áreas naturais protegidas, com foco em vida selvagem, ecoturismo e turismo sustentável no Parque Nacional do Iguaçu, no Brasil e na Argentina. É o único texto da amostra que aborda o parque argentino. O artigo trata das características do ecoturismo, turismo sustentável e áreas de vida selvagem, destacando que locais com vida selvagem e vocação turística se preparam melhor para inserir visitantes nesses espaços. Assim como Lamounier (2002), foi publicado em 2002, início da fase de visita comercial (Trevisan, 2020), logo após a concessão à iniciativa privada. O autor cita que a terceirização levou à construção de centros de visitantes e implementação de transportes no lado brasileiro e novas passarelas de alumínio no lado argentino. Contudo, alerta que visitantes demonstram pouco interesse em informações ambientais, exigindo ações para melhorar a qualidade da visita.

Albach, Carvalho e Cardozo (2022) analisaram a reputação online do Parque Nacional do Iguaçu em 957 postagens no TripAdvisor. Foram classificados 3.422 comentários em três categorias: paisagem, serviços e atividades, sendo 90% positivos. Os aspectos mais elogiados foram beleza cênica, marcos da paisagem, infraestrutura, acessibilidade e atrativos, enquanto comentários negativos indicaram questões de gestão mais complexas. O artigo apresenta panorama das percepções dos visitantes, limitado ao seu recorte metodológico, e contribui com metodologia para avaliação em unidades semelhantes. Assim como outros artigos analisados nesse texto, também se denota a importância das Cataratas do Iguaçu, localizada em Foz do Iguaçu. Trata-se do principal atrativo turístico, mas territorialmente representa uma pequena parte do território total do parque nacional que faz limite com outros treze municípios paranaenses, além da fronteira com a Argentina, incluindo o parque nacional homônimo do país vizinho.

Oliveira e Souza (2016) analisaram a metodologia de coleta de dados estatísticos de visitantes que utilizaram o Passe Comunidade em 2012, benefício para moradores das cidades limítrofes ao parque. O objetivo foi avaliar a utilidade do passe para medir demanda e apoiar a gestão do atrativo. Embora anuncie análise metodológica, o estudo

comparou métodos de coleta de dados turísticos com o sistema aplicado no parque, identificando variáveis relevantes. Concluem que a metodologia usada pelo parque é simples, mas eficaz para gestão local, e algumas variáveis e métodos discutidos são aplicáveis ao caso em estudo.

Também como foco no visitante do parque, Rapanelli, Feger e Fernandes (2021) investigaram se a geodiversidade integra a experiência turística na trilha das Cataratas do Parque Nacional do Iguaçu. A pesquisa, realizada entre agosto e dezembro de 2017 com 24 participantes, verificou o quanto visitantes percebem elementos da geodiversidade que formam a paisagem. Constatou-se que turistas não percebem espontaneamente elementos e processos naturais que formam a paisagem local, focalizando-se principalmente na estética visual (Rapanelli; Feger; Fernandes, 2021, p. 408). Em certa medida, os resultados demonstram que a experiência turística limitada a contemplar as Cataratas (Cury, 2002) persistia uma década e meia depois do estudo anterior.

Henz e De Oliveira (2010) analisaram a relação entre paisagem e turismo em Foz do Iguaçu, considerando o Parque Nacional do Iguaçu como atrativo turístico natural e a Usina de Itaipu como atrativo turístico artificial. Os resultados indicam que a paisagem natural das Cataratas é o principal atrativo turístico, enquanto a Usina possui relevância secundária. Com base em dados de 2006, o estudo verificou que as Cataratas receberam mais que o dobro de visitantes na comparação com as visitas à Itaipu no mesmo ano. Apesar de dados precários, o texto apresenta sólida discussão conceitual e contextualização bem estruturada.

Com menos foco na paisagem e mais atenção à infraestrutura, Oliveira e Boaria (2016) analisaram a acessibilidade no Parque Nacional do Iguaçu e no Hotel das Cataratas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em pesquisa realizada em 2013. Na visita às Cataratas, verificaram o transporte está adequado, mas a trilha principal e mais visitada possui degraus que dificultam o acesso. No mirante central, o acesso até o nível da entrada da passarela é possível por elevador, o que permite com que pessoas com mobilidade reduzida possam acessar o ponto mais concorrido de todo o atrativo. No Hotel das Cataratas, verificou-se que a estrutura atende às normas e que o hotel tem realizado esforços para melhorias na acessibilidade. As autoras identificaram pontos que podem ser melhorados, como a instalação de um balcão rebaixado na recepção, adaptação de quartos que tenham vista para as quedas d'água e melhor treinamento dos trabalhadores do hotel.

Ainda na temática do turismo, mas com outro enfoque, Faxina, Trevizan e Fraga (2011) analisaram resultados do Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDTs) no entorno do parque, focando em Capanema e Serranópolis do Iguaçu. O programa gerou ganhos econômicos e empregos, além de estimular práticas rurais mais ambientalmente responsáveis. Embora não seja possível afirmar relação direta entre desenvolvimento local e conservação, percebe-se que ações do PDTs contribuíram para reduzir pressão humana sobre o parque, melhorar gestão das propriedades rurais e reforçar hábitos favoráveis à preservação. Foram identificadas 20 atividades econômicas relacionadas ao turismo rural e constatado que 60% receberam incentivo do PDTs. Os municípios estão localizados nas extremidades da Estrada do Colono, que corta o parque e é objeto de conflito histórico. A pesquisa não observou ressentimentos quanto ao fechamento da estrada, sendo que a administração considerava o conflito amenizado.

No entanto, há outras percepções sobre o tema, indicando uma situação ainda conflituosa. Dias (2009) trata da disputa em torno da reabertura da Estrada do Colono (Rodovia PR-495), aberta ilegalmente no território do Parque Nacional na década de 1950, e seu potencial turístico vinculado às Cataratas. Examina projetos da AIPOPEC e do ICMBio/PARNA Iguaçu para desenvolvimento regional via ecoturismo, em um período no qual havia um refluxo no movimento pró-reabertura, com foco em parcerias de ecoturismo e educação ambiental. A AIPOPEC defendia a ideia da reabertura da estrada para atrair turistas que visitam as Cataratas para conhecerem outras regiões do Parque Nacional do Iguaçu, principalmente na cidade de Capanema. Contudo, a proposta não encontrou respaldo legal, visto que a estrada é reconhecida como irregular desde a primeira versão do Plano de Manejo do parque. Outras propostas como a constituição de uma Estrada-Parque ou de um Museu de Percurso foram discutidas, mas não puderam ser levadas adiante. Em suma, o autor conclui que os projetos de ecoturismo da AIPOPEC e do ICMBio/PARNA Iguaçu apresentam propostas semelhantes, mas divergem quanto à reabertura da Estrada do Colono, central na primeira e descartada judicialmente na segunda. Com o declínio do movimento pró-reabertura, as ações atuais priorizam o ecoturismo sustentável e a integração das comunidades locais ao parque por meio de programas de desenvolvimento e educação ambiental.

SÍNTESE DOS ACHADOS COM A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em linhas gerais, a revisão dos estudos sobre o Parque Nacional do Iguaçu evidencia múltiplas dimensões de análise, envolvendo educação ambiental, preservação, uso do espaço e turismo. A educação ambiental aparece em diversos textos, destacando tanto ações formais voltadas à formação docente (Borba; Cunha, 2017) quanto práticas externas à escola, como trilhas ecológicas (Gebauer, 2014) e projetos de extensão (Bezerra; Souza, 2024), muitas vezes articulando cultura, identidade e patrimônio natural. Projetos que combinam educação ambiental e preservação (Schenberger; Araújo; Carniatto, 2023; Silva *et al.*, 2014) mostram a relevância de práticas integradas e interdisciplinares, embora em alguns casos a variedade de dados seja limitada. A interpretação ambiental, o ecoturismo e a valorização do patrimônio cultural demonstram que o Parque Nacional do Iguaçu desempenha papel relevante na sensibilização ambiental e na promoção de hábitos sustentáveis (Biesek; Cardozo, 2012; Oliveira; Klauck, 2024; Santos, 2010).

Os estudos sobre uso do espaço revelam tensões entre preservação, ocupação histórica e demandas sociais. A legislação ambiental e o SNUC estabelecem normas de proteção, mas muitas vezes desconsideram grupos sociais, como indígenas e antigos colonos, que foram deslocados durante processos de desapropriação e urbanização (Barros; Lied, 2024; Franco; Polli, 2024; Sanabria, 2023; Vencatto, 2011, 2010). Essa exclusão reforça conflitos entre interesses econômicos e ambientais, evidentes também em debates sobre reabertura da Estrada do Colono e uso do território para turismo (Dias, 2009). O turismo é um elemento central: os visitantes buscam sobretudo ver as Cataratas, e o parque oferece infraestrutura com sucesso econômico do ponto de vista comercial (Albach; Carvalho; Cardozo, 2022; Cury, 2002; Trevisan, 2020).

Em suma, os textos apontam que o Parque Nacional do Iguaçu é simultaneamente um espaço de conservação ambiental, de interesse turístico e de mediação social. Seu contexto apresenta preocupação em conciliar preservação com aproveitamento econômico sustentável, mas não está livre de críticas e conflitos, principalmente sobre a forma como foi constituído e como influencia nas atividades econômicas de cidades lindeiras. Essa síntese apresenta os aspectos mais gerais que envolvem o uso do espaço do parque, as atividades turísticas, a preservação e conservação do meio ambiente e as preocupações com a educação ambiental e cada texto analisado ocupa um espaço específico dentro dessa discussão.

DISCUSSÃO

O conjunto dos textos selecionados permite duas discussões que auxiliam na compreensão sobre o Parque Nacional do Iguaçu. A primeira, mais descritiva, é a que está realizada nas seções anteriores desse artigo, nas quais é possível verificar os temas de maior interesse de quem olha para o Parque como seu objeto de pesquisa. A segunda, mais analítica, é a que segue nessa seção desse artigo, na qual é possível estabelecer um diálogo das categorias mobilizadas na revisão bibliográfica com autores como Frederico Freitas, Rogério Haesbaert, Carlos Frederico Loureiro, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Teresa Urban, que oferecem formas para compreender as dimensões históricas, territoriais, políticas e pedagógicas implicadas na constituição e na gestão dessa unidade de conservação. Freitas (2021) demonstra como a criação dos parques nacionais na fronteira Brasil-Argentina esteve articulada a projetos de nacionalização da paisagem e de afirmação do Estado, destacando que a natureza protegida é também produto de processos históricos e estratégias políticas. No campo da educação, Loureiro (2014) aborda a sustentabilidade a partir da ecologia política, compreendendo a Educação Ambiental como prática crítica e transformadora, inserida em disputas ideológicas e institucionais. Freitas e Loureiro permitem um aprofundamento na discussão da categoria “educação ambiental”. Urban (2012) oferece uma leitura histórica do ambientalismo brasileiro, destacando os conflitos sociais e as exclusões que acompanharam a consolidação das políticas de preservação. Urban e Freitas auxiliam na discussão da categoria “preservação”. Haesbaert (2004) contribui ao conceber o território como relação de poder e ao problematizar os processos de desterritorialização e multiterritorialidade, permitindo analisar as redefinições espaciais e os conflitos decorrentes da criação de áreas protegidas. Com Urban e Haesbaert, é possível discutir a categoria “uso do espaço”. Porto-Gonçalves (2006), por sua vez, ao discutir a globalização da natureza, enfatiza que as questões ambientais não podem ser dissociadas das relações de poder que estruturam a economia mundial, propondo uma leitura da natureza como território em disputa no interior do sistema capitalista. Haesbaert e Porto-Gonçalves auxiliam no debate da categoria “turismo”. Essas discussões são realizadas a seguir.

A análise dos trabalhos que abordam a categoria “Educação Ambiental” no Parque Nacional do Iguaçu permite compreender historicamente a consolidação das unidades de conservação como parte de projetos políticos de nacionalização da natureza, além de oferecer ferramentas para problematizar a Educação Ambiental como campo pedagógico e político em disputa no interior dessas mesmas instituições. A formação docente no entorno do parque evidencia lacunas na formação inicial e a presença de ações

fragmentadas, muitas vezes desvinculadas dos projetos político-pedagógicos das escolas (Borba; Cunha, 2017). Esse é o tipo de situação que para Loureiro (2014) revela a tensão entre uma Educação Ambiental pontual, marcada por iniciativas episódicas, e uma Educação Ambiental crítica e estruturante, capaz de se integrar às políticas educacionais e às práticas institucionais de forma contínua. A articulação entre universidade, órgãos governamentais e escola pode ser compreendida como esforço de institucionalização do campo, condição central para que a Educação Ambiental ultrapasse o nível da sensibilização e alcance dimensão reflexiva e transformadora.

Sob a perspectiva de Loureiro (2014), pode-se inferir que experiências com trilhas ecológicas e projetos de monitoramento hídrico podem contribuir para a formação de sujeitos críticos, desde que não se restrinjam à contemplação da natureza, mas promovam a problematização das relações sociais que produzem a degradação ambiental. As trilhas ecológicas (Gebauer, 2014) demonstram o potencial pedagógico da aproximação entre conhecimento escolar e vivência ambiental, enquanto que projetos de monitoramento hídrico (Silva *et al.*, 2014) exercem o mesmo papel pedagógico abordarem impactos de atividades agrícolas sobre os recursos hídricos. Assim, a Educação Ambiental não ocorre em espaço neutro, mas em território cuja própria existência é fruto de disputas e redefinições sociais, dialogando com Freitas (2021), que situa o parque como resultado de processos históricos que redefiniram usos e significados da paisagem.

As iniciativas de museologia social e de conscientização de visitantes reforçam a dimensão cultural e simbólica da Educação Ambiental, ao articular identidade, pertencimento e conservação (Bezerra; Souza, 2024; Schenberger; Araújo; Carniatto, 2023). Loureiro (2014) permite compreender essas ações como parte da construção de uma cultura ambiental, enquanto Freitas (2021) contribui para historicizar as narrativas que legitimam o parque como patrimônio natural. Dessa forma, os textos analisados revelam que a Educação Ambiental no Parque Nacional do Iguaçu oscila entre práticas fragmentadas e tentativas de consolidação institucional, participando simultaneamente da formação de sujeitos ecológicos e da reprodução histórica de um projeto conservacionista mais amplo.

Ainda que os trabalhos analisados apontem avanços na consolidação da Educação Ambiental no Parque Nacional do Iguaçu, persistem limites estruturais que tensionam seu potencial transformador. A fragmentação das ações, a dependência de projetos pontuais e a recorrente centralidade de práticas voltadas à sensibilização e contemplação indicam que a Educação Ambiental nem sempre alcança uma dimensão crítica. Além disso, ao se desenvolver em um território cuja própria constituição está vinculada a um projeto histórico de nacionalização da natureza, a Educação Ambiental pode, inadvertidamente, contribuir para a reprodução simbólica do modelo conservacionista dominante, caso não incorpore de forma explícita os conflitos, disputas e desigualdades que marcaram e ainda atravessam o parque.

Sobre a categoria “Preservação”, uma leitura histórico-social ancorada nas contribuições de Freitas (2021) e Urban (2012) permite compreender a preservação não apenas como prática técnica de gestão ambiental, mas como parte de um processo histórico de construção política da natureza. Freitas (2021) demonstra que a criação de parques nacionais na América Latina esteve vinculada a projetos de modernização e nacionalização da paisagem. No caso do Iguaçu, a institucionalização da proteção

ambiental não representou apenas a conservação de ecossistemas, mas a redefinição do espaço como patrimônio nacional, integrado a estratégias de desenvolvimento e afirmação estatal. Nessa perspectiva, instrumentos como o Plano de Manejo, a regularização fundiária e o enquadramento jurídico pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) podem ser compreendidos como desdobramentos contemporâneos de um projeto histórico mais amplo de organização e controle territorial.

A leitura proposta por Urban (2012) acrescenta o elemento social a esse processo. A autora evidencia que a consolidação de áreas protegidas no Brasil foi atravessada por conflitos, deslocamentos e tensões entre conservação e formas locais de uso da terra. Ao trazer à tona experiências de colonos, trabalhadores e comunidades afetadas pela criação de parques, Urban (2012) revela que a preservação não se estabelece de modo consensual, mas implica redefinições nas relações entre sociedade e natureza. Essa perspectiva dialoga com os trabalhos que abordam, no contexto do Parque Nacional do Iguaçu, disputas envolvendo propriedades lindeiras, a Estrada do Colono e as reivindicações do povo Avá-Guarani (Barros; Lied, 2024; Dias, 2009, 2018). A partir da perspectiva de Urban (2012), é possível problematizar que além das questões materiais e jurídicas que envolvem a preservação da natureza, é necessário considerar quais vozes são destacadas e quais permanecem marginalizadas nesse processo.

Considerando esse ponto, verifica-se que a preservação opera também por meio da produção de memória e narrativa (Bezerra; Souza, 2024; Schenberger; Araújo; Carniatio, 2023). Iniciativas como exposições permanentes e espaços de memória constroem determinadas versões da história do parque, selecionando eventos e sujeitos que reforçam sua identidade como patrimônio natural e cultural. Tais narrativas participam da consolidação simbólica da natureza como patrimônio, a partir do momento em que a proteção ambiental é mobilizada como ferramenta de afirmação da soberania (Freitas, 2021), incorporando a paisagem a um imaginário nacional. A defesa da criação de parques nacionais esteve ligada a projetos políticos mais amplos, não apenas a preocupações ecológicas isoladas (Urban, 2012). Freitas (2021, p. 3; 6) ainda especifica que o Parque Nacional do Iguaçu, incluindo as Cataratas, constitui-se no instrumento por meio do qual promoveu-se a nacionalização da natureza na região da fronteira do Brasil com a Argentina, tendo inicialmente uma natureza geopolítica.

Por fim, a ênfase contemporânea na sustentabilidade pode ser interpretada como atualização do preservacionismo histórico (Freitas, 2021; Urban, 2012). Ao buscar conciliar conservação e desenvolvimento socioeconômico, essas propostas retomam uma tensão constitutiva do ambientalismo brasileiro. Seja pelos resultados empíricos dos textos analisados, seja pela discussão através de autores que tratam dos temas em questão, nota-se que a preservação no Parque Nacional do Iguaçu resulta de processos históricos nos quais natureza, política e sociedade permanecem profundamente imbricadas. Esses processos não são estáticos e nem estão finalizados, mas são dinâmicos e há constantemente mudanças em potencial, reivindicadas pelos atores envolvidos nos processos. Utilizando a ideia de Becker (2007, p. 23), se os administradores e tomadores de decisão não reconhecerem as mudanças e a dinâmica da preservação do Parque Nacional do Iguaçu, não entenderão os processos em curso e não poderão subsidiar políticas adequadas para o uso do espaço na região.

Ainda que a preservação contemporânea seja frequentemente apresentada sob o rótulo da sustentabilidade e da conciliação entre conservação e desenvolvimento, essa formulação não elimina as assimetrias históricas que estruturaram o parque. Ao contrário, pode operar como atualização discursiva de um projeto territorial que, desde sua origem, esteve vinculado à afirmação estatal e ao controle do espaço. Se não forem devidamente compreendidas as disputas e deslocamentos que marcaram a constituição do Parque Nacional do Iguaçu, a gestão corre o risco de tratar como consensual um processo que permanece atravessado por conflitos territoriais e demandas por reconhecimento. Assim, mais do que aperfeiçoar instrumentos técnicos de planejamento, torna-se necessário incorporar a dimensão histórica e política da preservação às decisões contemporâneas, sob pena de reproduzir, em novos termos, as tensões que moldaram o próprio surgimento da unidade de conservação.

O conteúdo dos textos da categoria “uso do espaço” leva a um diálogo da leitura histórico-social do ambientalismo presente em Urban (2012) com a concepção de território como relação de poder formulada por Haesbaert (2004). Isso reforça a compreensão de que o uso do espaço no Parque Nacional do Iguaçu não resulta de uma evolução natural, mas de disputas políticas e redefinições territoriais. A desapropriação de agricultores nas décadas de 1960 e 1970, bem como os conflitos decorrentes da colonização incentivada pelo Estado (Vencatto, 2011, 2010), representaram processos de desterritorialização. Considerando a perspectiva de Haesbaert (2004), pode-se considerar que a criação e consolidação do parque configuram uma territorialização estatal que redefiniu usos legítimos, transformando um espaço vivido e produtivo em área de preservação integral. A ideia de natureza “intocada” (Urban, 2012) funcionou como discurso legitimador dessa mudança, autorizando a exclusão de famílias e a reorganização do espaço segundo uma lógica conservacionista. O uso do território passou a ser regulado por critérios jurídicos e ambientais que desconsideraram as territorialidades anteriormente constituídas.

As memórias de antigos moradores revelam que o parque não era percebido apenas como natureza selvagem, mas como espaço de vida comunitária, com escolas, comércio e vínculos sociais consolidados. Essa dimensão reforça que a desterritorialização não implica apenas deslocamento físico, mas ruptura de relações identitárias e afetivas com o lugar (Haesbaert, 2004). O parque atual, portanto, carrega marcas materiais e sociais de territorialidades anteriores, ainda que invisibilizadas pelo discurso oficial construído. Deve-se considerar que a formação de áreas protegidas no Brasil esteve frequentemente associada a conflitos e exclusões. O preservacionismo, ao defender a proteção da natureza, muitas vezes ignorou populações locais e suas formas de uso do espaço (Urban, 2012). Ela permite problematizar a narrativa de preservação como consenso, mostrando que o discurso ambiental pode atuar como instrumento de reconfiguração territorial.

Observa-se, portanto, que o uso do espaço no Parque Nacional do Iguaçu foi progressivamente redefinido por um processo que articulou políticas de fronteira, colonização e conservação (Franco; Polli, 2024). Houve uma ruptura entre espaço vivido e espaço administrado e também a substituição de práticas agrícolas, extrativistas ou comunitárias por normas técnicas de preservação (Urban, 2012) que, conforme Freitas (2021), iniciou-se nos anos 1930 com a fase fundacional do parque, passando por um período de consolidação, seguido de uma fase de incorporação ao projeto

desenvolvimentista brasileiro. Esse histórico pode ser compreendido como uma territorialização estatal, na medida em que o poder público estabeleceu novos usos legítimos para a área e promoveu a desterritorialização de populações anteriormente vinculadas ao território (Haesbaert, 2004; Urban,

2012).

A análise das categorias “preservação” e “uso do espaço” evidenciou a constituição do parque como território estatal e ambientalmente legitimado. A categoria “turismo”, por sua vez, representa uma nova forma de apropriação do espaço, marcada pela inserção mais intensa de racionalidades econômicas. Na perspectiva de Haesbaert (2004), pode-se interpretar esse momento como reterritorialização, na qual novos agentes reorganizam fluxos, centralidades e práticas legítimas no interior do parque. Embora a noção de reterritorialização permita compreender a reorganização interna do espaço, Porto-Gonçalves (2006) chama atenção para o fato de que tais transformações se inserem em um contexto mais amplo de globalização, que encampa inclusive a natureza, contexto esse no qual áreas protegidas passam a integrar circuitos econômicos e simbólicos transnacionais.

A concessão à iniciativa privada, em 1999, não significou apenas mudança administrativa, mas inflexão territorial, que pode ser percebido na diferença entre as fases recreativa, recreativa monitorada e comercial (Trevisan, 2020). A gestão da visitação passou a combinar conservação ambiental com eficiência operacional e desempenho econômico. Esse movimento pode ser compreendido no contexto mais amplo apontado por Porto-Gonçalves (2006), segundo o qual a natureza, no cenário da globalização, é progressivamente incorporada às dinâmicas do mercado, convertendo-se em ativo estratégico e reconfigurando as formas de apropriação e gestão dos territórios protegidos.

A reflexão de Porto-Gonçalves (2006) acerca da apropriação da natureza no capitalismo contemporâneo contribui para aprofundar essa leitura. Para o autor, a natureza torna-se progressivamente incorporada às dinâmicas de valorização econômica, sem deixar de ser mediada por discursos de proteção e sustentabilidade. No caso do Parque Nacional do Iguaçu, a consolidação da fase comercial evidencia essa dupla lógica: preserva-se a paisagem, mas também se estrutura sua exploração como produto. O destaque dado por Trevisan (2020) à loja de souvenirs estrategicamente posicionada no Centro de Visitantes simboliza essa conversão da experiência ambiental em circuito de consumo.

Ao longo do tempo, houve um aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e controle da visitação, revelando que o território turístico é planejado e regulado segundo indicadores de fluxo, sazonalidade e demanda. A gestão torna-se técnica e racionalizada, compatível com a lógica empresarial introduzida na fase comercial. Esse processo pode ser compreendido, nos termos de Haesbaert (2004), como forma de reterritorialização, na qual o espaço é reorganizado por novos agentes e segundo critérios que redefinem centralidades e práticas legítimas no interior do parque. Freitas (2021), citando o turismo em períodos anteriores à fase da racionalização econômica, aponta que a infraestrutura turística é parte da territorialização. Para o autor, estradas, hotéis, centros administrativos e serviços não são apenas facilidades ao visitante, são dispositivos materiais de ocupação e organização do território.

Ao mesmo tempo, pesquisas como as de Rapanelli, Feger e Fernandes (2021) indicam que a experiência dos visitantes permanece centrada na contemplação estética das

Cataratas, reforçando a seletividade espacial do turismo. Nesse ponto, a análise de Porto-Gonçalves (2006) opera como contraponto ao evidenciar que a incorporação da natureza às dinâmicas da globalização tende a subordinar a diversidade de usos e significados do território a racionalidades econômicas mais amplas, convertendo a paisagem em ativo do mercado. Sob essa perspectiva, múltiplas territorialidades coexistem no parque, mas a territorialidade turística hegemônica concentra-se em uma fração específica do espaço, convertida em ícone global. A visitação às Cataratas, portanto, não é apenas lazer, pois integra o processo de incorporação da natureza ao projeto estatal. Ao tornar o local destino turístico, o Estado transforma a paisagem em símbolo nacional (Freitas, 2021).

Os debates em torno da Estrada do Colono (Dias, 2009) e as iniciativas do PDTs analisadas por Faxina, Trevizan e Fraga (2011) evidenciam que o turismo também opera como argumento em disputas regionais, ora associado ao desenvolvimento local, ora tensionado pelos limites legais da conservação. A controvérsia em torno da reabertura da estrada explicita um conflito entre diferentes concepções de fluxo: de um lado, a defesa da circulação como vetor de integração econômica; de outro, a manutenção do fechamento como estratégia de contenção e proteção ambiental. Nos termos de Haesbaert (2004), trata-se de disputa pela definição dos usos legítimos do território e pelo controle das mobilidades que o atravessam. Ao mesmo tempo, como argumenta Porto-Gonçalves (2006), os fluxos contemporâneos de pessoas, mercadorias e capitais reconfiguram a natureza como espaço estratégico da economia, inserindo o debate local em dinâmicas mais amplas de globalização. Assim, o turismo no Parque Nacional do Iguazu configura-se como expressão contemporânea das disputas pelo uso da natureza, reafirmando o território como construção histórica e política em permanente transformação.

A consolidação do turismo no Parque Nacional do Iguazu explicita uma tensão estrutural entre geração de receita, direito de acesso à natureza e necessidade de preservação ambiental. A visitação constitui importante fonte de arrecadação e dinamização econômica regional, convertendo a paisagem em ativo estratégico; ao mesmo tempo, o acesso ao parque é regulado por mecanismos tarifários e operacionais que delimitam quem pode usufruir desse patrimônio e em que condições. A abertura irrestrita, por sua vez, poderia comprometer os próprios atributos ecológicos que fundamentam sua existência, evidenciando que o problema não se resume à oposição entre mercado e conservação, mas envolve a definição política dos limites, dos custos e das formas de acesso socialmente justas à natureza. Nesse contexto, o desafio contemporâneo consiste em construir modelos de gestão que evitem tanto a mercantilização excludente quanto a liberalização predatória, reconhecendo que preservação, uso público e justiça territorial são dimensões indissociáveis de um mesmo processo histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi realizar uma revisão narrativa sobre o Parque Nacional do Iguaçu, a partir de artigos publicados nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Multidisciplinar. Buscou-se verificar quem escreve o que, onde e quando, sobre o Parque Nacional do Iguaçu nessas áreas de interesse.

Verificou-se que os temas mais tratados (o que) são o turismo em diversas perspectivas, a educação ambiental, o uso do espaço do parque e suas relações conflituosas além da preservação em vários aspectos, não somente ambiental, mas também cultural e identitário. A educação ambiental perpassa atividades escolares e ações internas do parque voltadas aos visitantes. O turismo aborda tanto questões ligadas aos visitantes, quanto à infraestrutura do parque voltada ao atendimento ao turista. Quanto ao uso do espaço, estão sempre presentes as discussões sobre a abertura da Estrada do Colono e a falta de espaço para que povos indígenas e colonos que habitavam o parque anteriormente à sua constituição pudessem ter voz nas decisões sobre esse espaço. Em relação à preservação, essa mostrou-se uma temática muito mais ampla do que somente as questões ambientais, pois diversos textos abordam a importância da preservação de questões históricas e culturais, além das ambientais, trazendo também à discussão as questões dos povos originários e dos colonos, sempre em tom de crítica.

Sobre quem pesquisa e de onde pesquisam, percebeu-se uma maior concentração de autores dos artigos vinculados a instituições próximas do parque e outras universidades do estado do Paraná. Não foi verificada a existência de nenhum grupo, centro ou núcleo de pesquisa especificamente voltado a estudar o Parque Nacional do Iguaçu e também não foi constatada a existência de uma rede de pesquisadores de diferentes instituições no Brasil. Ainda que o recorte selecionado tenha limitado a busca aos artigos acadêmicos publicados em português, destaca-se que ausência de evidências da internacionalização da pesquisa. A partir da amostragem analisada, há evidências de que os estudos sobre o Parque Nacional do Iguaçu nas áreas analisadas são resultado de pesquisas independentes motivadas pelo interesse acadêmico de cada autor. Quanto aos autores de outros estados, mais afastados do parque, cabe verificar se são pesquisadores com interesse específico nesse objeto de estudo ou se podem ser pessoas oriundas da região do parque que estão filiadas institucionalmente a universidades de outra região. Sobre o período analisado (quando), não se verificou nenhuma concentração maior de publicações em algum período específico. Os textos selecionados foram publicados entre 2002 e 2024 e estão dispersos nesse período.

Quanto à metodologia, que combinou revisão narrativa com técnicas de extração e categorização de dados, a partir da análise de conteúdo, percebeu-se que foi de grande importância para a organização do trabalho e definição do material a ser analisado. O uso de ferramenta tecnológicas como KH Coder e Publish or Perish, critérios objetivos de seleção dos materiais e *double screening* revelaram-se de grande utilidade para produzir resultados verificáveis e reduzir as incertezas sobre a seleção do material. Por isso, recomenda-se a utilização dessa técnica a jovens pesquisadores que se deparam com grande volume de materiais bibliográficos a serem analisados e selecionados. Contudo, recomenda-se o devido cuidado metodológico ao usar o Google Scholar como plataforma de busca. Essa plataforma resolve muitos problemas porque fornece muito material, mas,

paradoxalmente, traz consigo uma dificuldade extra, porque fornece muito material. Essa questão pode ser tratada através da utilização de critérios objetivos, sempre que possível.

Além dessas limitações, deve-se considerar ainda aqueles limitantes intrínsecos a uma revisão narrativa. Ainda que tenham sido incorporados procedimentos inspirados em revisões sistemáticas, não se trata de um levantamento exaustivo da produção existente, nem de uma revisão sistemática com protocolo pré-registrado. Então, apesar do esforço de explicitação dos critérios de busca e seleção dos textos, ainda que incluindo um debate conceitual com outros autores, o recorte deixa de fora muitos trabalhos sobre o Parque Nacional do Iguaçu. A opção por analisar apenas artigos científicos publicados em português e indexados em bases acadêmicas exclui parte da produção internacional sobre o Parque Nacional do Iguaçu, especialmente aquela publicada em inglês ou espanhol, bem como trabalhos presentes na literatura cinza. Além disso, a categorização temática foi realizada a partir da leitura e análise de conteúdo dos resumos, o que pode limitar a apreensão de nuances presentes no corpo integral dos textos. Exemplo disso é que dois textos foram deslocados de uma categoria para outra no debate dos resultados. Por fim, como toda classificação temática envolve decisões analíticas, ainda que orientadas por critérios explícitos, não se elimina completamente a dimensão interpretativa do pesquisador na organização dos dados.

Esse texto está inserido em uma pesquisa mais ampla que envolve também os parques nacionais do Itatiaia e da Serra do Órgãos. O entendimento da história, dos conflitos, do potencial turístico, das questões ambientais, dos aspectos econômicos, políticos e tantos outros que envolvem esses três parques, permitirá, no longo prazo, traçar um panorama mais bem fundamentado da história dos parques nacionais do Brasil. Compreender, a partir das perspectivas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, como eles se tornaram o que são hoje, é uma forma de conectar os diversos aspectos dessa história.

Após a análise dos textos selecionados e o debate com outros autores, é possível concluir que a trajetória do Parque Nacional do Iguaçu evidencia que cada etapa de reterritorialização não significa ruptura com o passado, mas um momento de um projeto histórico de apropriação da natureza. Se, em sua origem, o parque esteve vinculado à nacionalização da paisagem e à afirmação estatal, na contemporaneidade ele se insere em circuitos globais de valorização econômica. A racionalização da visitação e a centralidade das Cataratas como ícone internacional revelam que a preservação e o mercado não operam como polos opostos, mas como dimensões articuladas de uma mesma dinâmica territorial. As disputas em torno dos fluxos e dos usos legítimos do espaço mostram que o território segue em permanente construção, atravessado por múltiplas territorialidades, ainda que nem todas possuam o mesmo poder de definição. O desafio, portanto, não reside apenas em equilibrar conservação e desenvolvimento, mas em reconhecer as assimetrias que estruturam essa relação e ampliar o debate sobre quais projetos de natureza e de sociedade podem se consolidar por meio do Parque Nacional do Iguaçu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBACH, Valéria de Meira; CARVALHO, Kemmely Guedes de; CARDOZO, Jasmine. Reputação Online do Patrimônio Natural: o Parque Nacional do Iguaçu (PR) no Website Tripadvisor. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos**, 7 jan. 2022.
- BARROS, Eduardo Portanova; LIED, Thiago Borges. As terras ancestrais dos Avá-Guarani e o Parque Nacional do Iguaçu: uma lógica do Terceiro Incluído no dialético Teko Porã. **Dialogos**, v. 28, n. 2, p. 1–14, 11 dez. 2024.
- BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. *In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22–42.
- BEZERRA, João Abner Santos; SOUZA, Claudio Alexandre De. Extensão em Museologia Social e os valores culturais da natureza no Parque Nacional do Iguaçu. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 12, n. 22, p. 47–63, 29 dez. 2024.
- BIESEK, Ana Solange; CARDOZO, Poliana Fabíula. Interpretação do patrimônio ambiental: O caso do Parque Nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu, PR). **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 6, n. 4, p. 113–123, 2012.
- BORBA, Rosani; CUNHA, Marcia Borin da. Formação de professores e a temática ambiental no ensino formal: o caso do Parque Nacional do Iguaçu. **Ideação**, v. 19, n. 1, p. 81–97, 2017.
- BURSZTYN, Ivan; D'OLIVEIRA, Enilson; BADIN, Luciana. Benchmark: Parque Nacional do Iguaçu. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 2, n. 4, 2002.
- CORTIVO, Nelsi Santos Dal; JÚNIOR, Ismael Laurindo Costa; PLETSCHE, Adelmo Lowe. Parâmetros físico-químicos em diferentes frações e classes de solos florestais e agrícolas, no entorno do Parque Nacional do Iguaçu - PR. **Geoambiente On-line**, n. 47, 12 dez. 2023.
- CURY, Mauro José Ferreira. Marketing turístico do Parque Nacional do Iguaçu: vida selvagem e imagens de animais. **Revista Turismo em Análise**, v. 13, n. 2, p. 88–95, 19 nov. 2002.
- DIAS, Edson dos Santos. Avaliação crítica de propostas para o desenvolvimento regional no entorno do Parque Nacional do Iguaçu baseadas no ecoturismo. **Revista Faz Ciência**, v. 11, n. 13, p. 209–229, 2009.
- DIAS, Edson dos Santos. Conflitos no processo de constituição e regularização do Parque Nacional do Iguaçu - PR. **Geografia (Londrina)**, v. 27, n. 1, p. 83–102, 7 abr. 2018.

EDUVIRGEM, Renan Valério *et al.* Preservação de fitólitos em solo no Parque Nacional do Iguaçu, Paraná. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 14, n. 1, p. 189–214, 2 fev. 2021.

FAXINA, Fabiana; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo; FRAGA, Paulo Cezar Pontes. Desenvolvimento Local E Conservação Dos Recursos Naturais No Parque Nacional Do Iguaçu E Entorno. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 08, p. 107–118, 2011.

FINGER, Leandro *et al.* Parque Nacional do Iguaçu como fonte de inimigos naturais de pragas da soja. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 7, p. 3931–3944, 3 set. 2018.

FRANCO, Caroline da Rocha; POLLI, Simone Aparecida. O Parque Nacional do Iguaçu: entre a política e a colonização da região e a remoção de moradores. **Informe GEPEC**, v. 28, n. 1, p. 25–49, 23 fev. 2024.

FREITAS, Frederico. **Nationalizing Nature: Iguazu Falls and National Parks at the Brazil-Argentina Border**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

GEBAUER, Ivonete do Carmo de Lourdes. Educação ambiental em eco-trilha do Parque Nacional Do Iguaçu. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 318–330, 24 maio 2014.

GRACIOTIM, Camila; BAPTISTA, Camila Regina; DIAS, Pedro Guilherme Barrios de Souza. Análise da fauna de borboletas em duas trilhas do Parque Nacional do Iguaçu, Paraná (Insecta, Lepidoptera). **Revista Pleiade**, v. 4, n. 7, p. 40–51, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HENZ, Aline Patrícia; DE OLIVEIRA, Josildete Pereira. A paisagem como um potencial turístico de Foz do Iguaçu: um estudo exploratório da paisagem do Parque Nacional do Iguaçu e da Usina Hidrelétrica de Itaipu. **Turismo - Visão e Ação**, v. 12, n. 2, p. 172–183, 2010.

HIGUCHI, Koichi. **KH Coder 3 Reference Manual**. Kyoto: Ritsumeikan University, 2016.

LAMOUNIER, Wagner Moura. Tendências, Sazonalidade e Ciclos no Fluxo de Turistas no Parque Nacional do Iguaçu - PR. **Revista Reuna**, v. 7, n. 1, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

OLIVEIRA, Ana Cristina Rempel de; SOUZA, Claudio Alexandre de. Análise da metodologia de coleta de dados estatísticos de visitação no Parque Nacional do Iguaçu – caso passe comunidade. **Applied Tourism**, v. 1, n. 1, p. 61–82, 27 abr. 2016.

OLIVEIRA, Andrielle Pereira de; BOARIA, Francieli. Acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: um estudo no Parque Nacional do Iguaçu e Hotel das Cataratas. **Applied Tourism**, v. 1, n. 3, p. 105–123, 20 dez. 2016.

OLIVEIRA, Thais; KLAUCK, Samuel. Dinâmicas territoriais e sustentabilidade: o papel do patrimônio cultural no Parque Nacional do Iguaçu. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 10, n. 1, 7 out. 2024.

ORDUNA-MALEA, Enrique; MARTÍN-MARTÍN, Alberto; LÓPEZ-CÓZAR, Emilio Delgado. Google Scholar como una fuente de evaluación científica: una revisión bibliográfica sobre errores de la base de datos. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 40, n. 4, p. 1–33, 30 dez. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2006.

RAPANELLI, Raquel Virginia; FEGER, José Elmar; FERNANDES, Luiz Alberto. Experiência de geodiversidade do turista no Parque Nacional do Iguaçu (Paraná, Brasil). **Revista Turismo em Análise**, v. 32, n. 2, p. 389–412, 31 ago. 2021.

SANABRIA, Isabela Soraia Backx. A exposição Memória das Cataratas e a produção de memórias no Parque Nacional do Iguaçu. **Mosaico**, v. 15, n. 23, p. 354–381, 2023.

SANDMANN, André *et al.* Eficiência e sustentabilidade na agropecuária: utilização de programação linear em propriedade vizinha ao Parque Nacional do Iguaçu. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 8, p. e5084–e5084, 7 ago. 2024.

SANTOS, Aliny Maldonado. O ecoturismo, uso público e o Parque Nacional do Iguaçu. **Fórum Ambiental da Alta paulista**, v. 6, p. 229–242, 2010.

SANTOS, Telma Maria Sousa dos. Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do Parque Nacional do Iguaçu. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

SCHENBERGER, Paola; ARAÚJO, Andressa Cortelassi de; CARNIATTO, Irene. O Parque Nacional do Iguaçu e a Educação Ambiental: Preservação da Fauna e Flora. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, v. 5, n. 3, 21 dez. 2023.

SCHULZE, Adéli Luna; SOUZA, Claudio Alexandre de. Voluntariado como forma de auxílio na implementação e manutenção do ordenamento do espaço protegido e turístico- caso do Parque Nacional do Iguaçu. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

SILVA, Yolanda *et al.* Educação ambiental como ferramenta para o monitoramento dos rios que adentram o Parque Nacional do Iguaçu. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, p. 148–158, 24 maio 2014.

TORNIERI, Sandra *et al.* Parque Nacional do Iguaçu: contribuição das práticas de gestão estratégica de pessoas para a redução de barreiras internas à implementação da orientação para o mercado. **Turismo: Visão e Ação**, v. 14, n. 3, p. 401–418, 4 dez. 2012.

TREVISAN, Fernanda Lodi. A visitação turística no Parque Nacional do Iguaçu. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, n. 01, p. 1–24, 4 ago. 2020.

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão**. Curitiba: UFPR, 2012.

VENCATTO, Rudy. Outros relatos outras histórias: Parque Nacional do Iguaçu, um espaço de dinâmicas e sociabilidades. **Tempos Históricos**, v. 15, n. 2, p. 337–361, 2011.

VENCATTO, Rudy Nick. Debates ambientais e a constituição do Parque Nacional do Iguaçu. **Tempos Históricos**, v. 13, n. 2, p. p.171-191, 5 nov. 2010.